



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1339

AS ILUSTRAÇÕES E AS TEMÁTICAS DOS JORNAIS PAULISTANOS “DIABO COXO” E “CABRIÃO”

Danilo A. Champan Rocha

Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr^a Sandra Pelegrini

Universidade Estadual de Maringá

A vinda da Família Real para o Novo Mundo em 1808 provocou grandes mudanças nas estruturas econômicas, políticas e socioculturais do Brasil Colônia. O tratado de Abertura dos Portos acordado entre a Coroa Portuguesa e a Inglaterra constituiu o fim do monopólio régio ao permitir trocas comerciais sem o intermédio da metrópole. No entanto, além da comercialização de mercadorias, também houve a penetração de ideologias contrárias ao Antigo Regime por meio de jornais britânicos e norte-americanos. O enfraquecimento da monarquia absolutista levou a Corte a aprovar um decreto em 1808, o qual permitiu o estabelecimento de tipografias no Brasil. Dessa forma, neste trabalho, buscamos reconstruir a história da imprensa e analisar os usos e o consumo estabelecido entre os periódicos e os grupos sociais envolvidos. Como recorte temporal, limitamos a nossa pesquisa até a década de 1860, ao abordarmos especificamente *Diabo Coxo* e o *Cabrião*, ambos os jornais fundados na província de São Paulo e ilustrados por Ângelo Agostini. Por fim, tencionamos observar as permanências e as rupturas contidas nos semanários com relação aos demais periódicos que circularam até então, destacando o caráter inovador do *Diabo Coxo* e do *Cabrião* na imprensa, a partir do uso de ilustrações em suas páginas e da incorporação de novos temas nas pautas jornalísticas.

Palavras-chave: Imprensa; Diabo Coxo e Cabrião; Ângelo Agostini; caricatura.

INTRODUÇÃO

A expansão napoleônica na Europa e a constante ameaça de ocupação da Península Ibérica pelas tropas francesas forçaram a vinda da Família Real portuguesa para o Novo Mundo. Após a instalação da Corte na cidade do Rio de Janeiro em 1808, o príncipe regente Dom João, legislou em favor dos tratados acordados anteriormente à travessia do atlântico com a Inglaterra, provocando grandes mudanças nas estruturas econômicas e políticas da colônia. O tratado de Abertura dos Portos firmado entre Portugal e a Inglaterra, significou o fim do Monopólio Régio e o início da crise do Sistema Colonial¹. A circulação de produtos e ideias por meio do contrabando ou do livre comércio entre os países aliados e as elites locais brasileiras contribuiu para a formação política de grupos em oposição ao pacto colonial e em busca de uma maior representatividade².

Diante do tráfego de jornais britânicos e norte-americanos com ideologias contrárias ao Antigo Regime e o conseqüente enfraquecimento da monarquia absolutista, a Corte aprovou um decreto em maio de 1808, instituindo a Imprensa Régia, o qual permitiu o estabelecimento de tipografias no Brasil, com a finalidade de mobilizar a opinião pública em torno da monarquia. Antes da chegada da Corte na colônia, a administração portuguesa proibiu a circulação de livros e jornais em seus domínios, por considerarem materiais de fortes tendências subversivas³.

Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi reconstruir a história da imprensa no Brasil desde a chegada da Família Real, em 1808, até a fundação na cidade de São Paulo do *Diabo Coxo* e do *Cabrião* na década de 1860. Com isso, buscamos analisar os usos e o consumo estabelecido entre os periódicos e os grupos sociais envolvidos nas suas produções. Por fim, a partir de uma metodologia comparativa, centralizamos as discussões nas permanências e nas rupturas contidas nos semanários paulistanos com relação aos demais periódicos que circularam até então.

¹ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

² Para aprofundar as discussões sobre a circulação das “novas ideias” no Império Português, ler: VIANA LYRA, Maria de Lourdes. **A utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

³ ALVES, Alexandre. A Imprensa na cidade de Santos: 1849-1930. **Projeto História**, São Paulo, nº 35, pp. 39-62, dez. 2007.

A Formação da imprensa no Brasil

A tipografia como uma exclusividade do governo, teve nos anos iniciais, um limitado número de periódicos e, em sua maioria, de curta duração. O primeiro jornal fundado no Brasil foi a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1821), editado pelo Frei Tibúrcio José da Rocha, considerado um diário oficial para informar o público-leitor sobre as novidades do governo. Em 1811, na Bahia, sob a tutela do governador dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, o tipógrafo português Manuel Antonio da Silva Serva fundou o jornal *Idade d'Ouro do Brasil* (1811-1823), com o auxílio de outros dois redatores, o padre Ignácio José de Macedo e o bacharel desterrado Diogo Soares da Silva Bivar. Carlos da Costa também atribuiu a esse último a fundação da primeira revista no Brasil, *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (1812), periódico de vida efêmera que contou com apenas 3 números⁴. Nelson Sodré aponta como a autorização para a instalação da tipografia em Salvador apenas foi possível graças a proteção do Conde dos Arcos, auspício a favor do absolutismo e da louvação a “idade de ouro do Brasil” no período joanino, regra a ser seguida desde o início pelos periódicos⁵.

Segundo o anúncio do jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, o periódico *As Variedades* propunha discutir sobre “os costumes e as virtudes morais e sociais”, algumas novelas e alguns extratos da história nacional e estrangeira, além de publicar “artigos que tenham relação com os estudos científicos”⁶. Nota-se nesse último ponto, a preocupação da revista em possuir uma finalidade educacional, voltada para a formação intelectual do escasso público-leitor. A transferência da Corte para o Brasil implicou na imigração de um grande contingente de burocratas e de letrados, formando uma nova demanda por conteúdos variados e de viés cultural.

A revista *O Patriota* (1813-1814), fundada no Rio de Janeiro por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, também esteve voltada para a formação intelectual e técnica dos funcionários da Corte e, em seus 18 números produzidos, forneceu

⁴ COSTA, Carlos R. da. A revista no Brasil, o século XIX. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, USP, 2007.

⁵ SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 4^a. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁶ VIANA, Helio. **Contribui o   história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

publicações para as diversas áreas do conhecimento. A linguagem didática de seus artigos e os interesses práticos por seus conteúdos na área de agronomia, medicina e engenharia, elevou a revista como leitura recomendada para as diversas escolas recém-fundadas na colônia⁷.

Porém, Sodré aponta tanto *As Variedades* quanto *O Patriota* como periódicos a serviço da monarquia e parte da imprensa áulica da época. O autor também observa o financiamento do governo joanino para a produção de periódicos laudatórios no além-mar. *O Correio Braziliense* (1808-1822), editado por Hipolito Jose da Costa, foi produzido na Inglaterra e livre da censura portuguesa emitiu duras críticas à administração monárquica. Para neutralizar o discurso político de *O Correio Braziliense*, a Coroa financiou os periódicos *Reflexões sobre o Correio Braziliense* (1809-?), elaborado em Lisboa e redigido por frei Joaquim Brito França Galvão, e *O Investigador Português* (1811-1819), fundado em Londres por Vicente Pedro da Cunha e Bernardo Abrantes e Castro.

Portanto, circulou na colônia, após a instauração de uma imprensa patrocinada pela Coroa, jornais cuja principal função seria exaltar os feitos e os benefícios do regime monárquico, que buscava se firmar por meio de acordos e alianças com as elites coloniais. Assuntos políticos, tanto internos quanto externos, eram destacados ou ocultados de acordo com os interesses da Corte, tendo a imprensa áulica o papel de manter a ordem vigente. Ocasionalmente, alguns periódicos assumiram um caráter didático, com o seu uso também voltado para a formação intelectual e técnica dos estudantes e profissionais do império no Novo Mundo.

No início da década 1820, a imprensa no Brasil experimentou um período de prosperidade, com o surgimento de inúmeros periódicos em várias regiões do império, na qual se intensificou uma nova finalidade para a sua elaboração. Prejudicada pela abertura dos portos em 1808 e pelo Tratado estabelecido em 1810 com a Inglaterra, a burguesia portuguesa criticou o status de Reino da antiga colônia, elevada a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1815. Insatisfeita, a elite mercantil pressionou D. João VI a “recolonizar” o Brasil por meio de medidas protecionistas que visassem defender os seus interesses comerciais. Mota atribuiu esses dois fatores como os germes da emancipação política do Brasil, responsáveis

⁷ COSTA, Carlos R, op. cit., p. 62.

pelo rompimento entre a elite agrária nativa e a burguesia comercial portuguesa⁸. Dessa forma, a imprensa constituiu o palco principal para os debates políticos nacionalistas.

Em 1820, a crise política do Império Português atingiu uma situação crítica com a Revolução do Porto em Portugal. O movimento constitucional, pautado no projeto de modernização da Metrópole em detrimento das colônias, formou Juntas Governamentais e legislou a seu favor na Assembleia. No mesmo ano, em votação, a censura prévia de publicações foi suspensa, decisão também válida para o Brasil. A medida política aboliu o monopólio régio sobre as tipografias e provocou a expansão da técnica de impressão para o Pará, o Maranhão e Pernambuco, regiões marginalizadas pela organização anterior da imprensa, centrada no Rio de Janeiro e na Bahia.

Costa (2007) observa como o aumento do número de periódicos produzidos no Brasil declinou após a independência. Muitos dos jornais editados em defesa de projetos políticos perderam a sua finalidade com a consolidação do novo Estado-Nação. A produção dos jornais até meados do século XIX, considerados como imprensa artesanal e rudimentar, possuía uma pequena tiragem, muitas vezes produzidas de forma irregular por estarem sujeitas aos acontecimentos no momento. A circulação do periódico era precária, distribuída a nível local, às vezes sem ter ao menos endereço fixo para facilitar a sua comercialização. Todos esses fatores influenciavam para a brevidade das publicações, pois a imprensa não possuía um planejamento econômico e uma finalidade financeira, mas sim como um meio de divulgação e crítica aos projetos políticos.

Entretanto, os benefícios deste meio de comunicação estiveram constantemente ameaçados pela censura no Brasil Império. O decreto assinado por D. João VI em 1821, pouco antes de retornar a metrópole, apontava que

“Todo impressor será obrigado a remeter ao diretor de Estudos, ou a quem suas vezes fizer, dois exemplares das provas que se tirarem de cada folha de imprensa sem suspensão dos ulteriores trabalhos, a fim de que o diretor dos Estudos, distribuindo um deles a algum dos censores régios e ouvido o seu parecer, deixe prosseguir na impressão, não se

⁸ MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

encontrando nada digno de censura, ou a faça suspender, no caso unicamente de se achar que contem alguma coisa contra a religião, a moral e bons costumes, contra a Constituição e a Pessoas do Soberano” (apud SODRÉ, 1999, p. 83).

Desta maneira, os conteúdos eram submetidos à avaliação arbitrária de um profissional, cabendo ao próprio decidir o que constituiria um atentado contra a moral e os bons costumes, sem definir previamente por lei conceitos como, por exemplo, moral e costumes na qual podem ter inúmeros significados e interpretações. Por conseguinte, os periódicos e os seus responsáveis ficaram sujeitos à censura por meio do jogo político dos adversários.

A IMPRENSA EM SÃO PAULO

Em São Paulo, o primeiro periódico a circular foi um manuscrito de Antônio Mariano de Azevedo Marques, intitulado *O Paulista*, de 1823. Sem tipografias para a impressão, o recurso encontrado pelos responsáveis foi a cópia à mão das páginas do jornal para a sua distribuição. O primeiro jornal impresso em São Paulo somente apareceu no dia 7 de fevereiro de 1827, foi *O Farol Paulistano* (1827-1831), dirigido por José da Costa Carvalho⁹.

De modo geral, os assuntos abordados nos jornais da primeira metade do século XIX na província paulistana restringiam-se a temas e acontecimentos políticos ocorridos de momento, publicados justamente para ampliar o debate entre os estudantes de Direito e os cidadãos locais.

Paralelo ao desenvolvimento da imprensa, os pasquins também fomentaram as discussões políticas da época. Como Sodré aponta, os pasquins em regra geral, possuíam quatro páginas em formato in-4º, com preço de venda avulsa de 40 réis. Em sua maioria, os autores eram anônimos e utilizavam uma linguagem agressiva e chistosa para atacar adversários políticos. Algumas vezes, os pasquins também relatavam acontecimentos ocorridos no âmbito privado e transformava-os em assuntos públicos para atingir a reputação da oposição. Por ter como finalidade

⁹ SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 87.

ofender figuras públicas, não condizia com o interesse dos redatores o retorno financeiro gasto na produção da folha, mas sim mobilizar a opinião pública a partir das denúncias levantadas contra a oposição¹⁰.

O atraso na instalação de uma imprensa ilustrada e a inexistência de uma imprensa sólida com uma produção contínua e de longa duração em São Paulo, durante a primeira metade do século XIX, expressou o atraso econômico da região. O status de primeira grandeza e a opulência da província, atingidos no período da produção cafeeira, tornou-se uma realidade apenas a partir de 1870.

A fundação em São Paulo do *Diabo Coxo* (1864-1865) e o *Cabrião* (1866-1867) significou um marco para a imprensa paulista. Editado por Luiz Gama e ilustrado por Angelo Agostini, o *Diabo Coxo* também contou com a colaboração de Nícolau Huascar de Vergara na elaboração de suas caricaturas. Jornal domingueiro, suas folha humorística incorporou novos assuntos, não apenas referentes a política. Temas como a moda, a arte, os costumes e o cotidiano, até então desprezados pela imprensa local, foram discutidos pelo hebdomadário de forma satírica como uma crítica para aquilo em que os redatores consideravam os vícios da sociedade.

No final da segunda edição do *Diabo Coxo*, após 24 números produzidos, o jornal encerrou a sua circulação em 1865. No ano seguinte, Angelo Agostini se envolveu na fundação de outro jornal em São Paulo, também domingueiro e ilustrado, denominado *Cabrião*. Redigido por Américo de Campos e Antônio Manoel dos Reis, o semanário circulou até 29 de setembro de 1867. Tanto o *Diabo Coxo* quanto o *Cabrião* eram divididos em oito páginas, com quatro páginas de ilustrações e caricaturas, enquanto as demais quatro páginas eram ocupadas por textos escritos, destinados a uma série de conteúdos, como anúncios, notícias do cotidiano da vida urbana, poesias, entre outros assuntos.

Ambos os periódicos estavam associados a grupos, com suas folhas servindo como um meio de divulgação de projetos políticos e de crítica ao regime vigente, mantendo o uso corrente atribuído a imprensa da época. Quanto aos conteúdos propostos, os semanários paulistanos também inseriram assuntos variados, de caráter cultural, voltado para a demanda de uma elite intelectual no Império.

O pioneirismo do O *Diabo Coxo*, assim como do *Cabrião*, deveu-se ao uso de caricaturas e ilustrações em suas publicações, técnica até então desconhecida na

¹⁰ Ibidem, passim.

província. Nenhum periódico de São Paulo havia inserido ilustrações em seus jornais, resultando numa grande novidade e num sucesso de tiragens. Apenas a *Semana Ilustrada* (1860-1876) de Henrique Fleiuss, fundado na Corte e precursor da imprensa ilustrada no Brasil, apresentava desenhos semelhantes ao de Agostini nos jornais paulistas.

A novidade do uso de caricaturas nas impressões em uma população composta majoritariamente por analfabetos implica em diferentes possibilidades de interpretações e comunicações que a linguagem visual permite. A tradição oral da sociedade oitocentista de transmissão do saber e das informações de forma interpessoal puderam integrar extratos da população até então marginalizados pela cultura letrada. A “comunicação multimídia”, propagada de boca em boca, somada as caricaturas do *Diabo Coxo* e do *Cabrião*, disseminou as discussões política e econômica para além dos círculos letrados.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Alexandre. A Imprensa na cidade de Santos: 1849-1930. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 39-62, 2007.

COSTA, Carlos R. da. **A revista no Brasil, o século XIX**. São Paulo, 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2007.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos Impressos: a Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

VIANA, Helio. **Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VIANA LYRA, Maria de Lourdes. **A utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

SODRÉ, Nelson W. **História da imprensa no Brasil**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.